



Saberes indígenas e quilombolas: a importância da consideração dos não humanos para a ampliação do conhecimento agroecológico

Indigenous and quilombola practices: the importance of considering non-humans for the expansion of agroecological knowledge

DEL RÉ, Méguí¹; FEIJÓ, Cristiane Tavares²

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), meguif@utfpr.edu.br; ² Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), cristavaresfeij@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Construção do conhecimento agroecológico

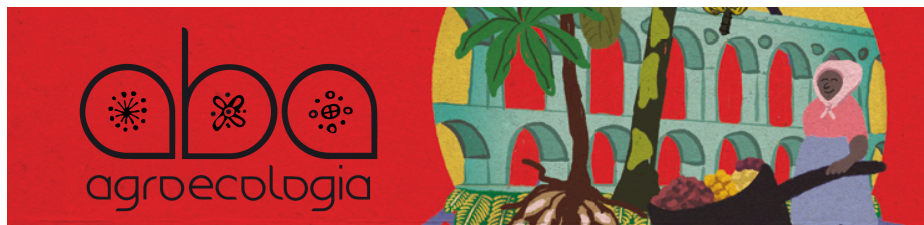
Resumo: Este artigo busca compreender como as lógicas coletivas quilombolas e indígenas, inscritas pelas sociabilidades cotidianas entre humanos e não humanos, revelam a estreita ligação entre as dimensões biológica, cultural e agrícola. Trata-se de duas experiências de campo realizadas em distintos territórios, localizados no Rio Grande do Sul, cujas reflexões críticas são decorrentes do método etnográfico e da observação participante. Os resultados demonstram que diante das especificidades existentes entre o território quilombola e indígena, tem-se em comum a relação estabelecida de trocas com os não humanos, contribuindo com o manejo e conservação dos agroecossistemas. Concluímos que, a multiplicidade de seres que habitam os territórios em questão, são considerados pelas interlocutoras o centro das suas práticas, resultando em técnicas agroecológicas subversivas, frente à homogeneidade dos sistemas agroalimentares predominantes.

Palavras-chave: Quilombo São Roque; Tekoá Pará Rokê; etnociência; agroecologia subversiva.

Introdução

Os distintos regimes de conhecimento associados à agrobiodiversidade e ao modo de vida dos diferentes povos tradicionais e indígenas, têm possibilitado pensar em novos caminhos para a construção de uma ciência Agroecológica plural no Brasil. Embora haja diferenças paradigmáticas entre o conhecimento científico e o tradicional, “ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são obras abertas, inacabadas, se fazendo constantemente” (CUNHA, 2009, p. 302), podendo a interação entre as duas trazer construções interessantes e inovadoras para problemas da sociedade global contemporânea em vários aspectos. É a etnociência, como campo interdisciplinar, que irá aproximar o diálogo entre conhecimento tradicional e científico, a partir dos estudos da cosmovisão e os aspectos semânticos do sistema nativo de classificação. O que reverbera a relação natureza-cultura nas concepções e práticas dos povos tradicionais e indígenas. Em outras palavras, os territórios habitados por estes povos são frutos das experiências mitológicas, ritualísticas e do saber-fazer provindo das relações entre humanos e não humanos, resultando em distintos (agro)ecossistemas.

Diante desse debate, trazemos a descrição de duas experiências, uma propiciada pelo acompanhamento do cotidiano de uma liderança quilombola e outra de uma

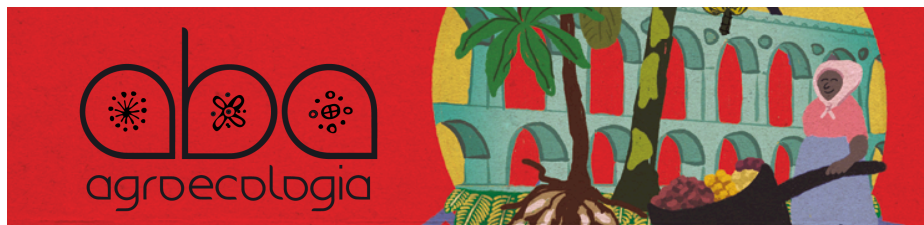


liderança indígena, ambas moradoras de comunidades situadas no Rio Grande do Sul (RS). Através da descrição das práticas destas mulheres, no trato com diferentes espécies vegetais, vislumbramos a operação de uma complexa rede de relações, estabelecidas entre diferentes seres, entidades, humanos e não-humanos. Estes modelos territoriais e agroecológicos, apreendidos em contextos etnográficos distintos, permitem compreender como as lógicas coletivas quilombolas e indígenas, inscritas pelas sociabilidades cotidianas entre humanos e não-humanos, revelam (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015) a estreita ligação entre as dimensões biológica, cultural e agrícola, trazendo a necessidade de analisá-las de forma não compartimentada e comparativa.

A primeira experiência surgiu da possibilidade de acompanhar Ângela, moradora da comunidade quilombola São Roque, durante o tempo de pesquisa de campo para a realização da tese de doutorado de uma das autoras. Tendo a etnografia como método escolhido para a criação de dados, as relações com os moradores da comunidade foram próximas e levaram tempo para se estabelecerem. São Roque situa-se numa localidade conhecida como Palmas, na zona rural do município de Arroio do Meio, Vale do Taquari, em área de Mata Atlântica. Ângela é uma das netas de Theobaldo, ex-escravizado fugido, fundador da comunidade, juntamente com sua companheira Talia - e vive sozinha em uma pequena porção de terra, rodeada pelas casas dos irmãos. Apesar do território ser coletivo, cada morador ou família possui uma porção individual onde mantém seus cultivos. A porção de mata nativa localizada nos limites de São Roque também se constitui como marco fundamental. O local é morada de seres invisíveis e onde se encontram plantas e ervas especiais mais “fortes”, “bravas”, que as cultivadas perto das casas, segundo a definição de Ângela, usadas em situações graves. Raramente se utilizam os componentes da mata para a feitura de chás, apenas quando outros recursos não surtiram efeitos.

O segundo caminho aqui percorrido, para a análise etnográfica dos acontecimentos entre humanos e não humanos no contexto agroecológico, é parte do resultado das experiências em campo com as famílias Mbyá Guarani, do estado do RS. Contudo, diante da complexidade e das variações que ocorrem entre as *Tekoá* (termo nativo para designar território), os dados etnográficos são fontes da convivência, especialmente, com a Talcira Gomes, liderança da *Tekoá Pará Rokê* (Aldeia Portal do Mar). A comunidade está localizada na área rural denominada distrito de Domingos Petrolina, no município de Rio Grande (RS), cujo bioma Pampa é predominante. Em 2018, a *Tekoá* foi estabelecida, nas antigas estruturas da extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), fruto de um processo reivindicatório dos territórios ancestrais dos Mbyá Guarani. Desde então, a *Tekoá* é formada em média por 20 famílias Mbyá Guarani, que vêm ao longo desses anos trabalhando para restabelecer a socioeconomia nativa, por meio do manejo das espécies tradicionais agrícolas, medicinais, e da flora e fauna que compõe o sistema de classificação Mbyá Guarani.

Uma vez que, os quilombolas e indígenas concebem o território a partir das relações humanas e não humanas, por meio da apropriação afetiva e política, mediante às



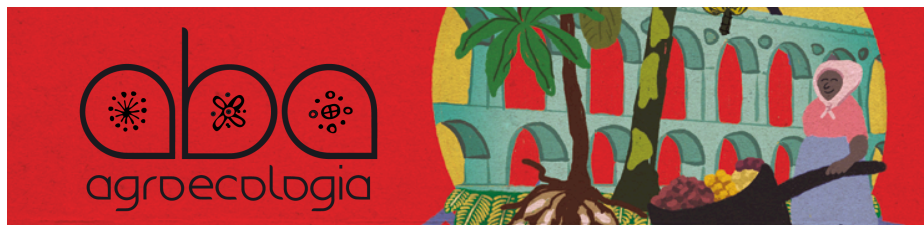
práticas culturais, agrícolas, ecológicas, econômicas, rituais, etc., questionamos: como os distintos conhecimentos tradicionais têm contribuído com a consolidação agroecológica no Brasil, para além da sua institucionalização? Dada a relevância do trabalho das mulheres quilombolas e indígenas na conservação e manutenção dos agroecossistemas, os presentes estudos de casos são modelos específicos capazes de fornecer elementos de defesa do território, como práticas substancialmente subversivas quando comparadas a agricultura hegemônica e patriarcal. Além disso, tais etnografias trazem parte do conhecimento e técnicas agroecológicas adotadas por estas comunidades, viabilizando novas soluções para o debate político e científico da Agroecologia no Brasil.

Metodologia

O presente trabalho busca destacar aspectos relevantes, para a cooperação com a temática agroecológica, de duas etnografias realizadas junto à comunidade quilombola São Roque e a *Tekoá Pará Rokê*, localizadas na região do Vale do Taquari e no Litoral Sul do RS, respectivamente. As coletas dos dados foram realizadas durante a realização do nosso doutorado, nos anos que compreendem 2015 a 2019. Porém, ambas autoras continuam interagindo com estas comunidades, o que possibilitou a atualização dos campos etnográficos em questão. Entende-se por método etnográfico o conjunto de técnicas e de procedimentos de coleta de dados a partir do exercício em campo, o qual possibilita a convivência do pesquisador junto aos atores sociais a serem estudados (ECKERT e ROCHA, 2008).

Resultados e Discussão

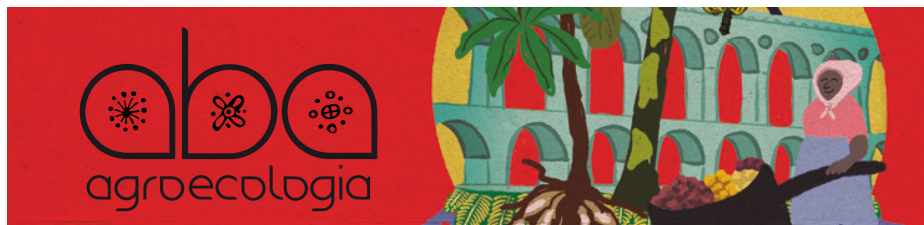
Destacamos, aqui, alguns aspectos importantes da convivência com nossa interlocutora quilombola para a discussão a que nos propomos. O terreno de Ângela possui particularidades, por isso a escolha de seu cotidiano para descrição neste trabalho. Além de produzir muitos dos alimentos que consome, Ângela dedica parte do seu dia a dia ao cultivo de plantas e ervas medicinais, destinadas à cura e a trabalhos espirituais. Aqui, a indiscernibilidade entre dimensões que consideramos separadas aparece e exige atenção, pois no terreno de Ângela as fronteiras entre as diferentes plantas e sua localização obedecem aos limites estabelecidos não só pelas necessidades biológicas das espécies, mas de acordo com as entidades espirituais (invisíveis para nós) com quem se relaciona. Ela chama seu terreno de “terreiro”, fazendo referência à influência que religiões de matriz africana exercem em sua trajetória. Neste sentido, as limitações que geralmente estabelecemos entre o material, o espiritual, o religioso não nos ajuda a compreender a forma de relação estabelecida neste território. A particularidade destas relações é percebida já na porta de entrada da casa de Ângela, onde encontramos plantas conhecidas como Espada de São Jorge e Espada de Santa Bárbara, Quebra-Tudo, comigo-ninguém-pode, dentre outras, consideradas elementos de proteção espiritual e encontradas perto das residências das 20 famílias que compõem a comunidade. Aqui, é importante salientar a presença da guiné que, juntamente com



a arruda, é utilizada em defumações. Nos primeiros metros que rodeiam a moradia encontramos as ervas medicinais para a feitura dos chás, como camomila, malva, espinheira santa, amora branca, unha de gato, dentre outras utilizadas para disfunções corporais amenas, como indigestão, resfriados e pequenas infecções. Estas são as variedades caracterizadas por Ângela como “calmas”, o que significa, a partir da lógica de relações com não humanos que os quilombolas estabelecem com o território, que os guardiões espirituais destas espécies operam de forma a poder se localizar perto das residências. No entanto, apesar de próximos, os lugares são bem marcados. A espada de São Jorge usualmente não é colocada dentro das casas, por seu protetor ser considerado “agressivo” com as visitas. Os locais exatos de cada variedade obedecem a lógicas complexas que não conseguiremos abordar aqui, mas estas indicações nos fornecem elementos para pensar a necessidade da Agroecologia de abarcar dimensões diversas, ao entrar em diálogo com territórios tradicionais.

Seguindo a descrição, um pouco mais afastada das residências encontram-se árvores que também fornecem elementos para a cura, como a ameixeira, utilizada para combater a pressão alta, bastante presente na população quilombola negra. Algumas são consideradas exclusivamente por seu valor espiritual, como a nogueira, morada dos ancestrais e encontrada em diferentes pontos do território, sendo a principal a que está na frente da casa de dona Araci, a matriarca, desde a fundação da comunidade. A mata nativa, como já salientamos, é o local de morada das entidades não humanas que preferem se situar longe dos aglomerados humanos, inerentes às variedades consideradas “bravas”, colhidas apenas em caso de doenças ou disfunções espirituais graves.

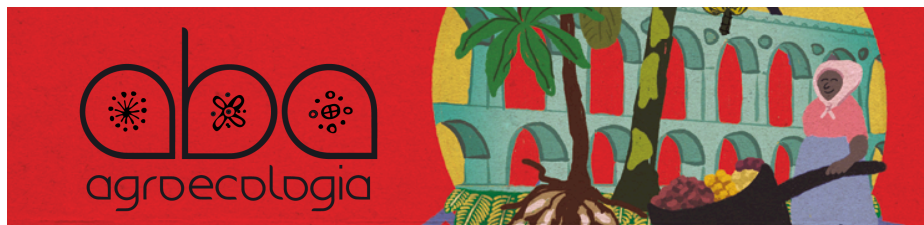
Partindo para nossa segunda descrição, apresentamos Talcira, desde 2018 conhecida por ser a liderança política da *Tekoá Pará Rokê* (Aldeia Portal do Mar) junto ao seu povo e sua rede de parceiros, especialmente, de instituições públicas, não têm medido esforços para restabelecer o território indígena. Contudo, é a partir dos caminhos para viver o *Mbyá Rekó* (jeito de ser Mbyá Guarani) que a pequena área onde estão vivendo as famílias, tem sido transformada em *Tekoá*. Isso significa dizer que, o próprio ecossistema habitado pelas famílias Guarani, aos poucos, vai adquirindo características próprias do saber-fazer Mbyá. Próximo às casas, em tempos de *ara pyau* (estação do crescimento das plantas, do trabalho e etc.), o plantio das *ha'ýin ete'i* (sementes verdadeiras criadas por divindades Guarani), é realizado entre as práticas agrícolas das famílias extensas e as trocas estabelecidas com suas divindades. As sementes, antes mesmo de chegarem ao solo para seu cultivo, explica Talcira, são levadas a *Opy* (casa de reza) para serem protegidas pelo *Karai* (liderança religiosa). O ritual é realizado para que as plantas alimentícias sejam protegidas por *Nhanderu* (divindade suprema), livrando-as de prováveis doenças e concedendo-as vivacidade para o seu desenvolvimento. Tais práticas irão contribuir com o fortalecimento do corpo-alma das famílias Mbyá Guarani. Visto que cada espécie verdadeira possui um *já* (divindades guardiãs das espécies verdadeiras), é indispensável que sejam realizados rituais, tanto no momento do plantio quanto na colheita dos alimentos. Estas divindades guardiãs são



responsáveis pela criação, crescimento e multiplicação das espécies vegetais e animais, possibilitando a troca entre humanos e não humanos. Isso quer dizer que, as técnicas de manejo da (agro)biodiversidade Mbyá, podem ser traduzidas por meio das palavras de Gliessman (2015), quando o autor defende a ideia de que a agroecologia é uma maneira de devolver cultura à agricultura. Trata-se de aspectos específicos do jeito de ser Guarani, cujas relações estabelecidas entre humanos e não humanos, resultam no dinâmico processo da (re)construção das técnicas agroecológicas simultaneamente do agroecossistema.

Além disso, as técnicas adotadas pelos Guarani influenciam na própria disposição das plantas cultivadas nas *kokue* (roças). Conforme explicou Talcira, existem plantas específicas para fortalecer o corpo-alma das crianças Mbyá, dentre elas destacam-se: as variedades de *avaxi ete'i* (milho verdadeiro), especialmente, *avaxi yvy'i* (milho criança); *mandúvi* (amendoim); *jety* (batata doce); *mandió* (mandioca) e *xanjau* (melancia). É comum que as famílias visitem os parentes em outras aldeias, para trocar sementes, como também na coleta e manejo de plantas medicinais, e espécies para o artesanato, contribuindo com a diversidade fitogenética encontrada nos territórios indígenas. Ademais, outra espécie vegetal que está presente próxima às roças é a *pindó* (palmeira jerivá). A palmeira é considerada uma árvore sagrada pelos Mbya Guarani, pois foi *Nhanderu* quem lhes presenteou para que os mesmos pudessem utilizá-la na construção das casas (uso da madeira e folhas), e na dieta alimentar (palmito, coquinho e *yxo* - larva, iguaria culinária). Segundo os relatos de Talcira, é comum que os Guarani realizem a coleta das sementes da *pindó* para o plantio em torno das roças e casas, pois além de fortalecer o corpo-alma das famílias, as crianças têm a liberdade de comê-las, quando estão com desejo. Tal prática é semelhante ao que ocorre com as plantas cultivadas nos roçados. Outra importante característica do saber-fazer agroecológico Guarani, diz respeito a qualidade dos alimentos verdadeiros cultivados. Relata Talcira que, as espécies e variedades que são plantadas e cuidadas conforme as técnicas Guarani, respeitando os ensinamentos de *Nhanderu*, nascem com mais força e sabor, garantindo o equilíbrio do corpo-alma Mbya, para os afazeres do cotidiano.

Nesse caso, compreendemos que o conjunto de técnicas decorrentes das trocas entre humanos e não humanos, o que têm resultado nas boas práticas de manejo e cultivo das diferentes espécies, definirá o significado de segurança e soberania alimentar para as famílias indígenas e quilombolas. Em linhas gerais, o que está em jogo, em termos de segurança e soberania alimentar, é a reverência dada ao ciclo natural de reprodução das espécies vegetais e animais. O que lhes garante ter o alimento e com as especificidades organolépticas e espirituais, definidas pelos Guarani e pelos quilombolas. Sendo assim, o saber-fazer Mbya ao elaborar um calendário para definir a época do plantio, da colheita, da caça e da pesca, tem propiciado a regeneração do ecossistema e simultaneamente da própria dieta alimentar Guarani. No entanto, os alimentos para os Mbyá também são conhecidos pelo poder de prevenção e cura de certas doenças do corpo-alma, como é o caso da *pipi* (conhecida popularmente pelos não indígenas por guiné). Segundo Talcira, a



pipi é uma planta essencial para a *Tekoa*, pois ela é capaz de prevenir e curar gripes, por exemplo, além de outras disfunções do corpo-alma

Em suma, se os limites são estabelecidos a partir das relações dos Guarani com os *já* das plantas e animais, propiciando distintas maneiras de saber-fazer agroecologia, podemos dizer que há uma semelhança aos acontecimentos no terreno de Ângela. O que traz à tona a necessidade de compreender que ambos conhecimentos (agro)ecológicos são experiências capazes de subverter as regras de dominação de um sistema agroalimentar hegemônico.

Conclusões

As análises críticas realizadas a partir das etnografias que apresentamos, trouxeram à tona a necessidade de pensar os significados produzidos a respeito das relações estabelecidas entre humanos e não humanos, no âmbito das especificidades territoriais e da memória biocultural quilombola e indígena. Tais questões requerem de nós o exercício de repensar o papel da Agroecologia como saber plural. Nesse caso, percebemos como a multiplicidade de seres que habitam os territórios aqui estudados, são considerados pelas interlocutoras o centro das suas práticas, resultando em técnicas agroecológicas subversivas, frente à homogeneidade dos sistemas agroalimentares dominantes. Contudo, é de fundamental importância ressaltar que os territórios tanto quilombola quanto indígena necessitam urgentemente da proteção do Estado, especialmente, no que se refere às suas respectivas regulamentações jurídicas; o que garantirá que a (TOLEDO; BARRERA BASSOLS, 2015) memória biocultural, no seu âmbito genético, linguístico e cognitivo possa coexistir com os direitos territoriais dos povos tradicionais e indígenas, superando a crise da modernidade.

Referências bibliográficas

CUNHA, Manuela C da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 440 p.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology**: the ecology of sustainable food systems. Third Edition. CRC Press, Taylor & Francis, New York, USA, 2015. 384 p.

TOLEDO, Victor M; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.